

As condições sociais dos Avá-Guarani de Guaíra: o caso do Tekohá Marangatu e Tekohá Porã

*The social conditions of the Avá-Guarani
in Guaíra: the case of Tekohá Marangatu
and Tekohá Porã*

Claudia Regina de Oliveira¹

Roberto dos Anjos Dias²

Marli Renate Von Borstel Roesler³

Paulo Humberto Porto Borges⁴

DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/tellus.v0i31.415>

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de apresentar e discutir dados levantados em pesquisa de campo sobre as condições sociais e materiais em que se encontram os indígenas do subgrupo Avá-Guarani, nas aldeias Tekohá Marangatu e Tekohá Porã, no município de Guaíra, PR. Através de entrevistas e questionários semiestruturados, foram investigadas questões acerca da educação, aquisição de bens materiais e infraestrutura dos moradores. Além dos indivíduos da comunidade, foram entrevistados funcionários de órgãos que prestam serviços públicos aos indígenas no município. Constatou-se que os indígenas dependem quase que exclusivamente de programas sociais como fonte de renda. A existência de bens materiais como eletrodomésticos e eletrônicos são mínimos. Há diversos casos de suicídio de jovens com menos de 20 anos que indicam relação com a falta de qualidade e perspectiva de vida. Verifi cou-se que a atuação do Ministério Público Federal foi elemento de suma importância para garantir direitos básicos aos indígenas, como água, luz e alimentação. Também se observou que a Coordenação Técnica Local da FUNAI no município tem atuado em parceria com o Ministério Público, na garantia de direitos. O foco do trabalho do órgão indigenista tem sido

Sobre os autores:

Claudia Regina de Oliveira: Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). **E-mail:** claudia.regina.o@hotmail.com

Roberto dos Anjos Dias: Graduado em Geografia e Mestrando em Desenvolvimento Rural Sustentável pela UNIOESTE. **E-mail:** rd_dias@yahoo.com.br

Marli Renate Von Borstel Roesler: Docente do curso de Desenvolvimento Rural Sustentável da UNIOESTE. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/SP). **E-mail:** marliroesler@hotmail.com

Paulo Humberto Porto Borges: Graduado em História (1990), mestre (1998) e doutor (2003) em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Docente do curso de pós-graduação em Letras da UNIOESTE. **E-mail:** pauloport6565@yahoo.com.br

¹ Escola Estadual Mbyja Porã, Guaíra, Paraná, Brasil.

² Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Marechal Cândido Rondon, Paraná, Brasil.

³ Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Toledo, Paraná, Brasil.

⁴ Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Cascavel, Paraná, Brasil.

a regularização de documentos civis. Ainda assim, percebe-se que a Coordenação não possui corpo técnico nem infraestrutura para atender com qualidade as comunidades. Por fim, o Centro de Referência de Assistência Social municipal demonstrou realizar atendimentos básicos, garantindo o acesso dos índios a programas sociais. Também se constatou que há certa dificuldade no atendimento devido à falta de documentação dos indígenas e à inexistência de atendimento especializado, faltando, entre outros motivos, agentes que falam a língua Guarani. Conclui-se que os indígenas se encontram em situação precária e que, embora a atuação dos órgãos públicos tenha sido fundamental para melhorar a qualidade de vida das comunidades, ainda resta muito o que fazer, e, para isso, é fundamental a demarcação dos territórios indígenas no município, como meio de acesso a políticas e serviços públicos.

Palavras-chave: Avá-Guarani; demarcação; vulnerabilidade social.

Abstract: This work aims to present and discuss dates collected in fieldwork about the social and material conditions that are the indigenous of the subgroup Avará-Guarani, in Tekohá Marangatu and Tekohá Porã villages, both located in Guaira town, PR. Throughout semistructured interviews and questionnaires, it has been investigated questions regarding education, material goods acquisition and residents' infrastructure. Beyond the individuals of the community, employees from agencies that provide public services to the indigenous community have been interviewed. It has been found that the indigenous depend almost exclusively of social programs as sources of income. The existence of material goods like home appliances and electronics is minimal. There are several cases of suicide between young people under the age of 20 years-old that point a relation with the lack of quality and perspective of life. It has been verified that the performance of the Federal Public Ministry was an element of short importance to ensure basic rights to the indigenous, as water, electricity and nourishment. It has also been observed that FUNAI's Local Technical Coordination in the city has been working in partnership with the Public Ministry into the assurance of rights. The focus of the indigenist agency has been the regularization of civil documents. Even so, one notes that the Coordination doesn't have either technical body or infrastructure to attend the communities with quality. Lastly, the municipal Reference Center of Social Assistance demonstrated to realize basic attendances, ensuring the access of indigenous to social programs. It has also been found that is certain difficulty in attendance due to the lack of documentation of the indigenous and specialized treatment, not having, between other reasons, agents that speak the Guarani language. One conclude that the indigenous are in a precarious situation and, besides the performance of public agencies that has been central to improve the quality of life of the communities, there is still much to be done, and, for this, is fundamental the demarcation of indigenous territories in the city as a way of access to politics and public services.

Key words: Avá-Guarani; demarcation; social vulnerability.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho resulta de pesquisa realizada para a elaboração de dissertação em Desenvolvimento Rural Sustentável. A pesquisa apresenta como objetivo identificar e apresentar as condições sociais e materiais dos

indígenas Avá-Guarani das aldeias Tekohá Porã e Tekohá Marangatu, localizadas no município de Guaíra, no estado do Paraná. E, dessa maneira, tornar públicos dados e informações sobre essas comunidades com a expectativa de que entidades que atuam na proteção de direitos indígenas tenham este trabalho como mais uma fonte para o planejamento das ações municipais e estaduais, visto que o tema é recente e pouco abordado.

Destaca-se, ainda, que escolher a abordagem das duas aldeias, dentro das oito existentes no município, se deu pela possibilidade de acesso mais efetivo a elas e também por representarem a população indígena na área urbana do município de Guaíra. Ambos os territórios não estão demarcados e se encontram em situação de litígio.

Também foram entrevistados funcionários de órgãos que prestam serviços públicos aos indígenas do município, buscando esclarecer o seu papel e suas dificuldades de atuação.

Ressalta-se que as ocupações no município se intensificaram em meados dos anos 2010. Devido a ser um algo recente, poucos são os dados e fontes sobre a situação desses indígenas no município. Sendo assim, este estudo possui a relevância de ser uma das poucas fontes recentes sobre o tema.

Por fim, constata-se que as populações das aldeias pesquisadas se encontram em situação de pobreza, com taxas significativas de analfabetismo e descontentes com a sua qualidade de vida, bem como sem outra perspectiva de mudança a não ser a demarcação de suas terras.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA DOS AVÁ-GUARANI NO MUNICÍPIO DE GUAÍRA

A história de Guaíra, município localizado na região oeste do Paraná, às margens do rio de mesmo nome, pode ser associada a diversos registros históricos. Dentre tantas outras relações possíveis, a posição em que hoje se localiza o município constituiu-se a partir do século XVI, de ponto nodal dos caminhos pré-coloniais que levavam à travessia do rio Paraná e das Sete Quedas ao Oceano Atlântico. Sua história igualmente se confunde com a origem da *Ciudad Real Del Guairá* e com o povoamento e exploração da província do Guairá pelos jesuítas, onde estes também travaram missão de catequização dos índios Guarani (BOGONI, 2008). No século XIX, a história guairense está marcada pela navegação do rio Paraná e a comercialização da erva-mate, em que foi utilizada a mão de obra indígena para extração da erva pela empresa Companhia Matte Larangeira (WACHOWICZ, 1987;

FERREIRA, 2007).

Mais recentemente, após 1940, o município foi tornando-se destaque como local de expansão e produção agrícola, com a colonização de migrantes de diversas localidades do país, principalmente do sul.

Em todos esses recortes históricos, a presença indígena, especificamente Guarani, tem maior ou menor destaque, embora por muitas vezes fosse escondida ou negligenciada pelos exploradores, historiadores e geógrafos que construíram a bibliografia regional após a colonização recente, relegando-os a uma lembrança de um passado distante (DEPRÁ, 2006).

Tal construção ideológica foi sedimentada através da produção de bibliografias científicas, midiáticas, populares e da memória coletiva que negavam a presença indígena, ou apenas viam o oeste do Paraná como um território desocupado ou não habitado por pessoas adequadas para desenvolvê-lo economicamente (RIBEIRO, 2005).

De qualquer forma, é inegável o reconhecimento de que a região em que se encontra o município de Guaíra faz parte do território tradicional de ocupação Guarani, como demonstrado na Figura 1, a seguir. Esse povo se encontra, tradicionalmente, dentro do Brasil, na área que abrange os estados brasileiros de Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além de estarem presentes em partes da Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia, divididos em quatro subgrupos: Ñandeva ou Avá-Guarani, Mbya, Kaiowá e Ache (AZEVEDO et al., 2008).



Figura 1 - Localização de Guaira e o território tradicional de ocupação Guarani.

Fonte: Adaptado de Azevedo et al. (2008).

Os Avá-Guarani ocupantes das margens do rio Paraná passaram por processos de expropriação e esbulho em diferentes períodos históricos. As duas primeiras grandes transformações na organização social e espacial dos indígenas aconteceram com as missões jesuíticas, no século XVI, que, em certos períodos, abrigavam milhares de indígenas em redutos de ensino catequético, seguido pelas bandeiradas paulistas (1610 -1628) que foram responsáveis pelo rapto de um grande número de indígenas para utilização de sua força de trabalho em São Paulo.

Após esse período, o contato entre os Guarani e não indígenas se tornou menos intenso, calmaram que durou até a eclosão da Guerra do Paraguai (1865-1870), que dispersou aldeamentos e promoveu deslocamentos forçados (BORGES, 2011) seguida pela instalação de "Obrages" (em 1881),

empreendimentos de exploração de erva mate e madeira que se iniciaram em terras argentinas e paraguaias e se estenderam para a margem oeste do rio Paraná (COLODEL, 1988). Os empregadores utilizavam mão de obra indígena, uma vez que estes eram exímios conhecedores do trabalho na mata e no manejo dos ervais (WACHOWICZ, 1987). Ressalta-se que o trabalho ocorria em um regime muito próximo ao escravo, pois liberdades eram cerceadas e foram criados mecanismos para prender o trabalhador ao seu patrão (RIBEIRO, 2006; GREGORY; SCHALLENBERGER, 2008).

A partir da década de 1930, inicia-se a política da Marcha para o Oeste do governo de Getúlio Vargas (1930-1945), que objetivava nacionalizar as regiões a Oeste do país, expandindo a economia nacional e incentivando a colonização desses rincões. Gregory e Schallenger (2008) apontam que o espaço rural e urbano de Guaíra foi colonizado a partir da infraestrutura e instalações da Companhia Matte Larangeira e empresas colonizadoras menores, cujas propriedades foram adquiridas por migrantes do sul e norte do país, descendentes de espanhóis, portugueses, alemães e japoneses. Eles vieram incentivados pelo contexto histórico da Marcha para o Oeste e, a partir da década de 1950, pelo potencial agrícola dos solos da região.

Entretanto a ocupação de terras no Oeste do Paraná não foi de forma pacífica e organizada: houve diversos conflitos entre posseiros, colonos e grileiros (MYSKIW, 2002). Segundo Gregory e Schallenger (2008, p. 258), no início da década de 1960, terras próximas a Guairá foram “[...] tomadas de assalto por centenas de posseiros, de forma desorganizada, onde a foice demarcava a divisa. As matas foram dizimadas até as barrancas do rio Paraná. A escritura foi substituída pelo contrato particular de venda de direito de posse”.

Nesse sentido, Oliveira (2013) aponta que, devido à violenta disputa de terras no oeste paranaense e à omissão dos direitos territoriais dos indígenas pelo poder público, bem como com o esgotamento de locais onde havia possibilidades de manutenção do modo de vida Guarani, houve o deslocamento dos indígenas que se direcionaram para o interior do Paraná, bem como para os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro, em um período denominado pelos índios de “tempo do corre-corre”. Com isto, intensificaram-se os laços políticos e de parentesco com indígenas de outras localidades.

A presença dos Avá-Guarani no município de Guaíra entre 1946 e 1988, a chegada dos colonizadores e o processo de expropriação territorial é o que destaca o documento: “Violações aos direitos humanos e territoriais dos Guarani no Oeste do Paraná: subsídios para a Comissão Nacional da Verdade” produzido pelo Centro de Trabalho Indigenista (CTI), de autoria de Ian Packer (2013).

Segundo o supracitado relatório, que coleta relatos de indígenas e os compara com documentos e bibliografias da região, os indígenas teriam presenciado o aumento da ocupação das terras do atual município. Destaca-se a criação do quartel, em 1947, que alistou a mão de obra indígena para serviços militares. À medida que as estradas foram sendo concluídas, iniciou-se a chegada das companhias colonizadoras que se instalavam na região e empregavam ou expulsavam os indígenas de suas terras de forma violenta (PACKER, 2014).

Ainda segundo o Relatório (PACKER, 2014), o SPI atuava como um órgão de limpeza territorial, retirando os indígenas que insistiam em retornar. Conforme Ferreira (2007), o SPI atuou como agenciador do trabalho dos indígenas Kaiowá e Guarani para empreiteiros da erva e fazendeiros locais.

Outra forma de esbulho foi a estratégia utilizada pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) de remover os indígenas para reservas indígenas no Paraná e Mato Grosso do Sul, com a justificativa de fazer a documentação básica nessas localidades onde já existiam escritórios do órgão indigenista, porém os indígenas eram obrigados a ficar de 5 a 10 anos morando nas reservas para obtê-la.

Assim, eram coagidos a ficar entre essas áreas ou direcionavam-nos para aldeamentos no Paraguai e no interior do Paraná, os quais já estavam previamente habitados por outras etnias e, por vezes, inclusive etnias historicamente rivais, o que causava desconforto e motivava-os a retornar. Dos indígenas que resistiram e permaneceram no oeste do Paraná parte foi absorvida como mão de obra barata do projeto colonizador (OLIVEIRA, 2013) e parte buscou refúgio em áreas mais distantes da colonização.

Entre as décadas de 1970 e 1980, com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e com a formação do Lago de Itaipu, muitas *tekohas*⁵ foram alagadas. Conforme levantado por Carvalho (2013, p. 348), entre os anos 1940 e 1980, havia cerca de 32 aldeias Guarani no oeste do Paraná, tendo como ponto central a região de Foz do Iguaçu. Os ocupantes dessas aldeias possuíam ligações de parentesco e consideravam esse espaço como um território contínuo, uma área que, para a historiadora Sarah Ribeiro (2006), perfazia aproximadamente 20.000 quilômetros entre Foz do Iguaçu e Guaira.

Nesse sentido, assevera este trecho do Relatório:

[...] os *tekoha* Guarani distribuía-se ao longo de toda margem do rio Paraná até a barra do rio Piquiry, nos municípios de Guaira e Terra

⁵ “Tekohá” é traduzido, de maneira simplória, como “aldeia”. Porém carrega um significado muito mais profundo, podendo ser traduzido como o “lugar para ser na terra”, ou seja, um espaço geográfico para se constituir como ser cultural (MELIÁ, 1990).

Roxa e, apesar do esbulho sofrido nos anos 50, possuíam ainda muitos pontos de ocupação para além daqueles situados em Foz do Iguaçu, que também foram direta ou indiretamente impactados pela formação do lago da usina hidroelétrica. (PACKER, 2014, p. 75-76).

Os indígenas que viviam nos municípios próximos a Guaiá não teriam sido avisados sobre a construção da represa do Lago de Itaipu em 1982, tendo o conhecimento de sua formação chegado por meio de boatos. Em função do alagamento de suas terras, os Avá-Guarani foram novamente expropriados delas.

Ressalta-se, ainda, a fala de Pivo Benites:

Pivo Benites: Tem muitos *tekoha* que estavam perto do rio e o Guarani sempre e habitou na margem do rio. Então esses *tekoha* eles pegaram... veio a Itaipu e disse que ia alagar, que ia trancar lá embaixo como fizeram. Alagaram lá. E daí essas terras dos Guarani ficaram tudo debaixo d'água. E os Guarani tiveram que se espalhar, ir mais pro alto e mais pro alto quando chegava dava de topa com os fazendeiros, com os pistoleiros, que matavam os Guarani, enterravam e ficava por isso mesmo. (PACKER, 2014, p. 79-80).

Parte dos indígenas que se dispersaram acabaram por retornar e ocupar as antigas localidades de onde tinham sido expulsos, intensificando a sua ocupação a partir de 2010. Segundo Faria (2013), a intensificação das relações de parentesco e os conflitos nas terras indígenas de Mato Grosso do Sul fizeram com que os indígenas retornassem inicialmente para as aldeias que resistiram aos processos de expropriação e, em seguida, formando novas aldeias em lugares tradicionais, como no caso da Tekohá Nhemboete, formada no local onde existiam as ruínas da *Ciudad Real Del Guairá* (ANDRADE, 2014).

Para Oliveira (2013), a colonização da região oeste foi realizada com a invisibilização indígena e com o abandono do poder público como medida para forçar a saída dos indígenas. Dessa forma, torna-se fato marcante a instalação da Coordenação Técnica Local, no início de 2012, como um ato de reconhecimento da presença indígena no município por parte do Estado. Em vista disso, entende-se que o reconhecimento da situação indígena no município é muito recente, o que parece ser o motivo da falta de informação e dados sobre esta população.

Por conta do processo de retomada dos territórios tradicionais, empresários, produtores rurais e políticos realizaram diversas campanhas contra a ocupação e a demarcação de terras indígenas e divulgaram diversas inverdades sobre os interesses indígenas. Tais ações criaram um clima de medo e ódio generalizado no município, marcado por situações como discursos de ódio em redes sociais, demissão e não contratação de mão de obra indígena e *bullying* por parte de professores e alunos não indígenas (MASUZAKI, 2015).

Embora tal panorama seja recente no caso do município estudado, a discriminação contra os povos indígenas é um elemento muito comum no interior do país, como ressalta Oliveira (1995):

[...] as populações rurais que convivem com os índios frequentemente estão dominadas política e ideologicamente por uma elite municipal, a qual tem fortes interesses econômicos que colidem com os dos índios, pretendendo apossar-se de suas terras e recursos ambientais (madeira, minério, peixes, caça etc.), alimentando assim uma postura racista. Estereótipos como o de “preguiçosos”, “ladrões” e “traíçoeiros”, correspondem a acusações não comprovadas, mas que, de tanto repetidas, parecem juízos naturais. E, pior ainda, são usados como evidências que permitem justificar as medidas contra os índios e até mesmo ações genocidas. (OLIVEIRA, 1995, p. 63)

Os casos de discriminação chegaram ao conhecimento do Ministério Público Federal (MPF), que instaurou 45 procedimentos administrativos e 10 inquéritos policiais para investigar os casos de discriminação⁶.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa objetiva, de modo geral, identificar as condições sociais dos indígenas moradores de duas aldeias não demarcadas e que se encontram em situação de litígio no município de Guaira. Ademais, busca levantar informações acerca da vida indígena no município, uma vez que esses dados são muito escassos, visto que até pouco tempo sua presença era negligenciada ou ignorada – a presença significativa de indígenas no município foi evidenciada somente após a intensificação do conflito entre índios e agricultores, a partir do ano de 2012.

Trata-se de pesquisa qualitativa com coleta de dados primários, realizada por meio de aplicação de questionários com questões semiestruturadas e entrevistas com indígenas moradores da aldeia Indígena Tekoha Marangatu e da Tekoha Porã, e também com responsáveis por órgãos públicos de serviço público ao índio, como a Coordenação Técnica Local da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em Guaira, o MPF e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Foram realizadas entrevistas com a segunda geração das famílias, isto é, o casal responsável pelos filhos, ou filhos de anciãos, uma vez que estes

⁶ Denúncias de discriminação indígena pelo Ministério Público e moção de aplauso à comunidade japonesa. Disponível em: <<http://www.camaraguaira.pr.gov.br/archives/12306>>. Acesso em: Ago. 2016.

tomam sempre à frente para responder, devido à maior habilidade na língua portuguesa. Na aldeia Tekoha Porã, foram entrevistadas 47 famílias, perfazendo um total de 100% das famílias da localidade, e, na aldeia Tekohá Porã, 25 famílias, perfazendo um total de 80%; não foi possível entrevistar as famílias restantes em função de desencontros, mudanças e viagens dos indígenas. As questões realizadas giraram em torno da composição familiar, idade, gênero e escolaridade, meios e destinação da renda familiar, bens materiais e anseios pessoais. Portanto as informações apresentadas neste trabalho são, em ampla maioria, fornecidas pelos próprios indígenas.

Foram realizadas entrevistas com membros do MPF, da Coordenação Técnica Local de Guaíra (CTL/FUNAI) e do Centro de Referência de Assistência Social. Há de se compreender que há, no município, certa aversão aos indivíduos que atuam de alguma forma na causa indígena. Sabe-se até mesmo de ameaças à vida de funcionários da FUNAI em períodos em que o clima de conflito estava mais intenso. Em vista disso e do apresentado no item IV da Resolução 466/12 (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2012), do Conselho Nacional de Saúde, os participantes da pesquisa são citados de acordo com o órgão a que pertencem, garantindo a privacidade aos entrevistados.

O trabalho foi realizado entre fevereiro e dezembro de 2015, simultaneamente nas duas aldeias indígenas do município da área de estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Atualmente, no município de Guaíra, existem oito aldeias da etnia Avá-Guarani. Nenhuma delas é demarcada e, com isso, as políticas públicas não chegam até esse segmento populacional. Os Avá-Guarani contam com intervenções do MPF de Guaíra, que vem atuando na garantia dos direitos indígenas, como a educação, água, luz e alimentação, e com a atuação da Coordenação Técnica Local da FUNAI, que auxilia em algumas questões administrativas, como a realização do Registro Administrativo de Nascimento Indígena, solicitações para cartórios e bancos, e declarações de residência.

Segundo dados da Secretaria de Ação Social, todos os indígenas do município de Guaíra são da etnia guarani Avá-Guarani, somando um total de 219 famílias e 989 indígenas.

A Aldeia Tekohá Marangatu localiza-se às margens do Rio Paraná, próximo ao Porto Internacional de Guaíra. Sua situação atual é de litígio tendo por parte a comunidade indígena que ocupa, desde 2004, o local e a Hidrelétrica de Itaipu Binacional (MPF, 2013a). Atualmente a área encontra-se em estudo de identificação pela FUNAI (s.d.).

De acordo com o obtido nas entrevistas, o Tekohá é composto por uma população em sua maioria de pessoas jovens, sendo que 33,71% são crianças de até 10 anos de idade, 23,44% de jovens de até 18 anos idade e 42,85% são pessoas com mais de 18 anos, na sua maioria do sexo masculino.

O nível de escolaridade é baixo: em torno de 60% dos indígenas com mais de 18 anos ainda cursando o ensino fundamental, 19,25% dos indivíduos estão cursando o ensino médio e cerca de 30% das pessoas não são alfabetizadas. Vale destacar que apenas essa aldeia conta com uma escola indígena: a Escola Estadual Mbyja Porã, inaugurada em 2010, que conta com infraestrutura e quadro de professores auxiliados pelo governo do estado, atendendo o Decreto 6861/2009 (BRASIL, 2009) e disponibilizando o ensino na língua materna e na língua portuguesa para crianças do ensino Pré-Escolar ao 5º ano.

Igualmente, cabe informar que, além do decreto supracitado, o direito ao ensino em sua própria língua tem premissas legais baseadas no Artigo 28 da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT [BRASIL, 2004]), o qual prevê que medidas devem ser criadas sempre que possível para que as crianças aprendam a ler e escrever na sua própria língua.

Essa situação difere da das outras aldeias do município, que se estruturaram com seus próprios recursos; isto é, quando há escola, são pequenos casebres onde um indígena da comunidade ensina a língua guarani e um pouco de português para as crianças menores que vão ser matriculadas em escolas normais. Através das figuras 2, 3 e 4, abaixo, é possível fazer a comparação da estrutura entre as escolas.

É interessante a informação levantada de que, com a chegada da Escola indígena, o contexto social melhorou, pois ela gerou emprego direto para a comunidade indígena, escolarização e, ao mesmo tempo, foram instalados sistemas de água e luz graças à ação do MPF.



Figura 2 – Escola Estadual Mbyja Porã, localizada na Aldeia Tekohá Marangatu.



Figura 3 – Estadual Mbyja Porã, localizada na Aldeia Tekohá Marangatu.



Figura 4 – Escola comunitária da Aldeia Tekohá Guarani.

Na questão da renda, observou-se que 6,8% da aldeia têm renda fixa, em função do emprego na escola; 2,28% são aposentados com um salário mínimo; 13,24% não têm renda alguma e 78% dependem do programa governamental Bolsa Família como fonte de renda. Em relação à destinação do valor recebido através da Bolsa Família, constata-se que 70% dos indivíduos utilizam para a aquisição de alimento, 10% em outros itens e 20% não acessam o programa.

Embora pratiquem a agricultura, em torno de 76,59% dos indígenas dessa aldeia afirmam já ter passado fome, o que desperta para a possibilidade de a terra ser insuficiente para o plantio, uma vez que o povo Guarani é reconhecido como exímio agricultor. Em um dos relatórios do MPF em 2013, há uma passagem que corrobora com nossas indagações:

Terminada a reunião, os visitantes foram convidados para conhecer a propriedade e puderam perceber que, graças à mata onde os índios caçam e o espaço de terra com a possibilidade de plantio, a Aldeia Tekoha Yhouvy não se apresentou tão miserável quanto outras visitadas anteriormente. (MPF, 2013b, p. 03).

Outro fator que contribui para a falta de alimentos é a situação da população que tende a crescer frente a um território diminuto, o que é comum até mesmo em situações de terras indígenas demarcadas na região, como no caso da Terra Indígena do Oco'y (CARVALHO, 2013).

Quando questionados sobre quais são seus maiores desejos na vida, 70% da comunidade respondeu ter um trabalho fixo, 28% ter uma casa e apenas

2% ter um carro ou moto.

A moradia de 98% dos Guarani da aldeia Tekohá Marangatu é construída em chão batido e feita com restos de materiais de construção, como telhas e pedaço de lonas em péssimo estado. Essas moradias não possuem saneamento básico. Na figura 5, a seguir, é possível ver o tipo de moradia existente.



Figura 5 – Casebre no Tekohá Marangatu.

Segundo as informações coletadas, 34% dos moradores da aldeia estão um pouco satisfeitos com a qualidade de vida, apenas acham que faltam coisas básicas como coleta de lixo, ampliação do espaço escolar e moradia adequada. Apenas 2% dizem estar satisfeitos e 64% insatisfeitos.

Na aldeia Tekohá Marangatu, no ano de 2015, havia oito pessoas enterradas, sendo que quatro destas morreram por suicídio, com menos de dezoito anos de idade. Acredita-se que esses atos estão ligados diretamente com a falta de perspectiva na vida, com o abandono e preconceito existentes na cidade de Guaíra. Os próprios indígenas interpretam esses suicídios como resultados da falta de demarcação de terra e de um lugar adequado

para praticar sua cultura.

Nesse sentido, valemo-nos das considerações sobre o assunto divulgadas em carta aberta pela comunidade indígena Y'Hovy:

Nesse período de campanha que acirrou o racismo e o preconceito contra nosso povo Guarani, nosso povo ficou acuado sem liberdade de sair para cidade e os jovens de ir pra escola, e funcionários indígenas foram demitidos de todos campos de trabalho, onde já sabemos que a maioria da mão de obra era indígena, com isso jovens sem perspectivas de ter uma formação escolar e profissional levou jovens a cometer suicídio, por ver como somos tratados pela sociedade e pelo Estado brasileiro, desde sempre nos foram negados nossos direitos sobre as Terras Tradicionais, direito a políticas públicas de saúde e educação, e também o direito a existência, já que os políticos sempre negaram nossa existência dizendo que somos estrangeiros ou Paraguaiois travestidos de índios.

[...] Como podemos observar, o índice de suicídios por parte dos jovens é enorme ainda mais em meio a essa gritante situação de conflito Territorial na qual vivemos, em situação de acampamento, sem água potável, luz, e sem saúde e educação de qualidade. Vivemos acampados e ameaçados diariamente pela organização dos ruralistas de vários municípios da região. E como vemos também o Estado Brasileiro se mantém omissos diante da situação sub humana a qual vivemos todos os dias com nossos filhos, pais e avós, e não é difícil saber que isso vem acontecendo em nossos acampamentos, pois não temos essa situação preocupante nas aldeias que já são reservas indígenas, por exemplo Ocoy em São Miguel do Iguazu e as Aldeias de Diamante d'Oeste (CARTA..., 2015).

As maiorias dos casos de suicídios são de jovens menores que 20 anos. São jovens que, muitas vezes, não conseguem concluir os estudos, sofrem preconceitos para conseguir um lugar no mercado de trabalho e encontram-se imersos em uma sociedade que estigmatiza o indígena como um indivíduo que não trabalha mas, ao mesmo tempo, não oferece oportunidades de empregos. Como aponta Masuzaki (2015), houve determinações de empresários para que não se contratasse mão de obra indígena.

A questão do suicídio praticado pelos Guarani não é tema recente, mas vem se tornando mais evidente nos últimos anos. Cabe destacar, aqui, o relatório "Progresso pode matar" (SURVIVAL INTERNACIONAL, 2015), que demonstra que o povo Guarani Kaiowa possui a maior taxa de suicídio do mundo, que o autor relaciona com a falta de terra e exclusão social. Como pode ser observada na fala coletada pelo relatório: "There's no future, there's no respect, there are no jobs and there's no land where we can plant and live. They choose to die because they are already dead inside" (SURVIVAL

INTERNACIONAL, 2015)⁷.

Para Foti (2004), os problemas que atingem os Guarani, como alcoolismo, problemas amorosos, crises políticas e territoriais são os mesmos que atingem muitos outros povos. No entanto há o que ele identifica como *jejuvy*: um sentimento de aperto na garganta que precede o suicídio e que leva os indígenas – em sua imensa maioria, jovens menores de 20 anos – a buscar o suicídio, através de enforcamento ou envenenamento, meios que atacam diretamente a garganta. Este é um ato interpretado como um mal à espreita e que, cada vez que acontece, é internalizado pela comunidade. Para o autor, o suicídio se tornou um ato simbólico do desgosto e do mal estar coletivo, mas também de resistência às pressões externas. Para combatê-lo, é preciso focar na prevenção e na promoção do bem-estar coletivo.

É comum ouvir o discurso de que os indígenas têm acesso privilegiado às tecnologias; entretanto, neste estudo de campo, constatou-se que é a menor parte da comunidade que possui aparelhos eletrônicos, como celulares (44,6%) e computadores (4,25%), mas sem acesso à internet. As televisões na aldeia Marangatu são antigas, de tubo, às quais 53,19% têm acesso, enquanto outros 48,04% não têm nenhuma televisão. Ao longo da aldeia Marangatu, foi constatado que 90% das casas não têm antena parabólica.

Em torno de 53,19% dos indivíduos informaram ter rádio. Constatou-se que 51,06% da aldeia tem geladeiras de modelo antigo que consomem muito mais energia que os modelos novos. Assim, quase não conseguem pagar a conta de energia, mas também é cobrada, na conta de luz de cada família, a taxa de iluminação pública, que não existe.

5 APRESENTAÇÃO DOS DADOS DO QUESTIONÁRIO APLICADO NA COMUNIDADE INDIGENA TEKOHÁ PORÃ.

A aldeia Tekohá Porã, situada no bairro Vila Alta, encontra-se em litígio por parte de proprietários privados. Segundo os indígenas, eles ocupam, há 25 anos, a área que teria sido doada a eles, porém sem documentação (MPF, 2013c).

Identificou-se que 43% da população são crianças com menos de dez anos de idade, 31% são jovens de até 18 anos de idade, 23% adultos e 3% idosos com mais de sessenta cinco anos. A população é predominantemente

⁷ Tradução livre: Não há futuro, não há respeito, não emprego, não há terra onde possamos plantar e viver. Eles escolhem morrer porque eles já estão mortos por dentro.

feminina, sendo 44% homens, 56% mulheres.

Na questão escolaridade do Tekohá Porã, 65% frequentam os anos iniciais do Ensino Fundamental, 20% os anos finais, 4% se apresentaram com Ensino Médio incompleto e 11% são analfabetos. Os alunos estudam em escolas de ensino convencional próximas à aldeia. Tal situação vai contra a legislação sobre educação indígena citada anteriormente, pois não promove nenhum tipo de valorização da língua indígena, como também não atende às medidas previstas no inciso 3 do Artigo 28 da Convenção 169, do qual o Brasil é signatário, e que afirma que “medidas deverão ser tomadas para preservar e promover o desenvolvimento e a prática das línguas indígenas dos povos interessados (BRASIL, 2004).

O desafio na educação é grande, pois percebe-se que há um grande número de indígenas sem escolarização e analfabetos. Constatou-se, durante as entrevistas, que os indígenas não querem ir para a cidade estudar, pois sabem do seu direito em ter uma educação diferenciada onde a educação é bilíngue e onde a diversidade cultural das crianças indígenas seja respeitada.

Foi constatado que, na Aldeia Tekohá Porã, o Bolsa Família é a única renda para a maioria das famílias, na casa dos 54%, enquanto 32% não têm renda alguma, e 8% conseguem ter renda trabalhando fora da comunidade. Há ainda aposentados, com um salário-mínimo, que respondem por 4% da comunidade. Segundo o informado durante as entrevistas, 85% da população pesquisada já passou fome.

O dinheiro do Bolsa Família é usado segundo o informado, em sua maioria, para a compra de alimentos. 20% dizem usar para garantir o acesso e permanência de seus filhos na escola, com a aquisição de material escolar.

Com o Bolsa Família, os Guarani tiram parte de seu sustento e pagam a conta de luz. A mesma situação foi mencionada na aldeia Marangatu, ou seja, que a conta vem alta, pois a maioria das famílias tem geladeira velha. Quanto ao acesso a eletrônicos e eletrodomésticos, constata-se que somente 32% das moradias contam com geladeira e que 64% não têm televisão. Em relação a computador e internet, não há acesso na aldeia, exceto por telefone celular: 52% informaram possuir o aparelho.

As moradias na comunidade Tekohá Porã constituem-se de casas de chão batido em péssimo estado, construídas com restos de materiais jogados fora. As melhores casas são de madeiras compradas ou encontradas pelos indígenas. Na figura abaixo, é possível ver o tipo de moradia construída na aldeia.



Figura 6 – Casa construída na Aldeia Tekohá Porã

Na aldeia Tekohá Porã, há oito banheiros comunitários para mais de 95 pessoas. A maioria da aldeia faz um banheiro no quintal de casa, ou melhor, abre um buraco onde tomam banho e fazem suas necessidades (Figura 7). Assim como na outra aldeia pesquisada, não há saneamento básico.



Figura 7 – Banheiro comunitário

A maioria da população tem coleta de lixo feita pela prefeitura municipal, diferente do que ocorre na aldeia Marangatu, onde não há coleta.

Segundo o informado, 90% da aldeia Tekoha Porã está insatisfeita com a qualidade de vida e esperam que sua situação melhore após a demarcação.

Constatou-se que 70% da comunidade já receberam cestas básicas da FUNAI ou do CRAS, porém não há uma regularidade na entrega.

6 ENTREVISTAS COM REPRESENTANTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL DE GUAÍRA

Segundo entrevista realizada no Ministério Público Federal de Guáira, essa entidade presta serviço no município desde o ano de 2012. Sua função institucional é defender os direitos e interesses das populações indígenas, desde a promulgação da Constituição de 1988. O órgão acha de extrema importância que exista, em Guáira, um CRAS Indígena. Essa medida teria como objetivo melhorar as condições de vida da população indígena dessa região, tendo em vista a situação de vulnerabilidade em que se encontram essas comunidades em Guáira.

O principal problema que essa entidade enfrenta em relação a esse segmento é que, em razão da fragilidade social que as comunidades indígenas enfrentam, o Ministério Público Federal busca, por meio de seus procedimentos administrativos (BRASIL, 1993; MPF, 2006) e do juizado de Ações Cíveis Públicas, que os órgãos competentes garantam o efetivo dos direitos assegurados na Constituição Federal aos indígenas. Entretanto muitos desses direitos são difíceis de serem implementados em razão da ausência de demarcação de terras indígenas na região. Quanto à opinião dos entrevistados em relação ao trabalho da FUNAI, seria de insatisfação, em função do quadro reduzido dos servidores da autarquia indigenista na cidade, bem como pela imensa área que os servidores devem atender. Ainda assim, é visto como um serviço realizado com aparente dedicação e presteza. Entretanto, para que o trabalho da FUNAI seja aprimorado, é necessário o aumento do quadro de servidores. Nesse sentido, tramita um Inquérito Civil (n. 1.25.012.000332/2014-34), que busca levantar as necessidades de pessoal e infraestrutura da CTL.

A questão indígena é tratada no MPF com especial cuidado e atenção, buscando soluções para os problemas coletivos que as comunidades indígenas enfrentam, tanto no aspecto fundiário, quanto na luta pelo respeito aos direitos fundamentais. Quase todas as benfeitorias adquiridas em ambas as

comunidades indígenas (escola, água, luz, estrada) foram realizadas por ações do MPF dos municípios de Guaíra e Umuarama.

Outra medida apontada pelos entrevistados seria a criação de um Distrito Sanitário Especial Indígena situado na região, pois o trabalho da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) nesse segmento, apesar de os servidores da saúde indígena realizarem atendimento com aparentemente dedicação e presteza, ainda é insuficiente, portanto a criação do Distrito é vista como imprescindível para a melhoria de saúde dos povos indígenas.

Quanto à Secretaria de Ação Social, o município tenta, na medida do possível, permitir o acesso das famílias às cestas básicas e aos programas sociais. A ausência de documentação (ou a dificuldade burocrática) faz com que muitos indígenas não sejam cadastrados no Cadastro Único – o que os impede de gozar dos benefícios e assistências a que teriam direito.

7 DADOS DA ENTREVISTA DA ENTIDADE DE AÇÃO SOCIAL DA CIDADE GUAÍRA PARANÁ 2015

O Centro de Referência de Assistência Social desenvolve a política de proteção social básica no atendimento aos usuários no que se refere aos benefícios eventuais, acesso ao Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social, inscrição e atualização no cadastro único, gestão do Bolsa Família e acompanhamento das famílias do Programa Família Paranaense. Segundo o informado, estão cadastrados 232 indígenas de diversas aldeias no Programa Bolsa Família. Segundo as informações coletadas no órgão, seria importante a implantação de um CRAS na área indígena, pois o atendimento aos indígenas é numeroso. Também são fornecidas 150 cestas básicas.

É preciso ampliar o acompanhamento das atividades nas comunidades indígenas, pois não existe nenhum indígena trabalhando nesse segmento e ainda não há pessoa com qualificação nessa área e nenhum funcionário público que fale a língua guarani.

Igualmente, é necessário realizar um trabalho em rede com a FUNAI, o CRAS e o MPF, pois há evidente necessidade de uma equipe técnica e recursos para conseguir um atendimento adequado aos indígenas. Contudo a Secretaria de Ação Social afirma que não tem o apoio do Ministério Público Federal de Guaíra.

8 DADOS EM ENTREVISTA COORDENAÇÃO TÉCNICA LOCAL - FUNAI

A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) é um órgão que visa proteger e promover os direitos originários, ambientais, sociais, econômicos e culturais dos povos indígenas. Em Guaira, existe uma Coordenação Técnica Local (CTL) e dois veículos para assistir as oito comunidades no município. Existem, ainda, outras cinco comunidades em municípios da região que dependem dos serviços administrativos desta CTL.

Segundo informado, há a necessidade de recursos para atender melhor os Avá-Guarani e melhorar sua qualidade de vida. Na medida da limitada estrutura física e reduzido corpo técnico, conseguiu-se viabilizar, na região, o acesso a diversos bens e serviços que, até então, eram inexistentes, como água potável e o registro civil, pois destaca-se que um dos maiores problemas é que os indígenas não têm documentação.

A falta de demarcação da terra é outro fator que impede que as políticas públicas sejam implementadas nessas comunidades. Com isso, as políticas chegam de forma parcial e ineficaz. O não reconhecimento desses territórios também inviabiliza a possibilidade de parcerias com ONG's de proteção ambiental e de direitos indígenas.

Ainda é relevante ressaltar a conquista de material para construção de 225 casas provisórias, entre outras ações que foram realizadas em conjunto com Ministério Público Federal de Guaira. Quanto ao MPF, a FUNAI acredita que o órgão tem sido atuante, visto que acionaram a FUNAI de Brasília a fim de viabilizar o processo de identificação e demarcação de terra, e também garantir a distribuição dos direitos básicos até então negados, como água potável, energia elétrica, escola e saúde. Contudo, segundo a informação coletada na FUNAI local, o atendimento aos indígenas feito pelo Centro de Referência de Ação Social é visto como insatisfatório porque ele age parcialmente, uma vez que entende que os indígenas são um problema, ao invés de entender o indígena como vítima de um problema.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados levantados e sistematizados em nosso trabalho, é possível afirmar que as duas comunidades Guarani de Guaira vivem em situação de vulnerabilidade social. A maioria dos habitantes das aldeias possui pouca ou nenhuma documentação, o que termina por restringir e, às vezes,

excluir a possibilidade de inclusão nos diversos programas de políticas sociais assim como o acesso a recursos que subsidiam condições mínimas de sobrevivência digna. Tal paradigma está tentando ser invertido com a atuação da Coordenação Técnica Local da FUNAI e o Ministério Público Federal, mas aquele conta com reduzido número de corpo técnico e infraestrutura irrisória.

Ainda assim, quando existem condições para o aporte de políticas sociais ou serviços de outros órgãos responsáveis, essas comunidades esbarram em um segundo problema, ainda de ordem burocrática e decisiva: a falta de demarcação da terra. Isto é, a falta do reconhecimento oficial de suas terras tradicionais, pois o fato de estarem em terras “irregulares” é determinante para a implantação de políticas sociais.

Com a terra demarcada, é possível o acesso a diversos programas e projetos, em especial a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI), “que visa à melhoria da qualidade de vida e às condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural” (BRASIL, 2012).

As comunidades indígenas querem ter direito à educação escolar bilingue e intercultural para seus filhos, sem inseri-los em um ambiente de discriminação e que não valoriza sua cultura; uma educação convencional não colabora para sua formação e, sim, até prejudica. Seria interessante a implantação efetiva e ampla da educação escolar indígena no município de Guaíra ou, pelo menos, alguns professores que falem e dominem a língua Guarani nas escolas com maior matrícula de alunos indígenas.

Atualmente, a maioria dos indígenas das referidas comunidades possui, como única renda, o Bolsa Família. A maior parte do valor que eles recebem é destinada à compra de alimentos. O restante das necessidades é garantido conforme o possível. Como nem todas as famílias conseguem o benefício do governo e, menos ainda, um emprego fixo, um grande número de indígenas já passou fome.

Num primeiro momento, identificamos ações concretas de apoio do Ministério Público Federal de Guaíra, que tem garantido alguns direitos fundamentais para os indígenas, como a educação, água, luz, comida. Mas são necessárias medidas mais consistentes, a começar pela implantação de um CRAS na área indígena, ampliando o atendimento e, quem sabe, inserindo membros da própria comunidade nesse trabalho, já que os funcionários não falam a língua guarani.

De forma geral, com o aumento e a estruturação e melhor capacitação

das equipes de órgãos públicos que atendem aos indígenas, como FUNAI, o CRAS e o MPF, é possível pensar em políticas sociais que garantam a inclusão das comunidades indígenas de Guairá, garantindo que os seus direitos não sejam negligenciados.

Entretanto é forçoso dizer que todas essas demandas reais e prementes só começarão a ser atendidas a partir do reconhecimento territorial dessas comunidades, o que amenizaria a questão da vulnerabilidade social graças à vinda de políticas sociais de caráter provisório, o que amenizaria o preconceito que a sociedade tem contra esses grupos, pois o próprio estado brasileiro iria reconhecê-los como donos legítimos de suas terras.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Sabrina de Assis. A retomada dos territórios ancestrais: os Guarani e a Cidade Real do Guairá. *Revista do Museu Arqueologia e Etnologia*, n. 24, p. 91-107, 2014.

AZEVEDO, Marta et al. *Guarani Retã: povos Guarani na fronteira Argentina, Brasil e Paraguai*. [s.l.], 2008. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/caderno_guarani_%20portugues.pdf>. Acesso em: dez. 2016.

BOGONI, Saul. *O discurso de resistência e revide em conquista espiritual (1639), de Antonio Ruiz de Montoya: ação e reação jesuítica e indígena na colonização ibérica da região do Guairá*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, PR, 2008.

BORGES, Paulo Porto. Terra e memória: os territórios Guarani no Oeste do Paraná. *Perspectiva Geográfica*, Cascavel, v. 6, n. 7, 2011.

BRASIL. *Decreto n. 7.747*, de 5 de junho de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm>. Acesso em: jul. 2015.

_____. *Decreto n. 6.861*, de 27 de maio de 2009. Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6861.htm>. Acesso em: set. 2016

_____. *Decreto n. 5.051*, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm>. Acesso em: set. 2016.

_____. *Lei Complementar n. 75*, de 20 de maio de 1993. Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp75.htm>. Acesso em: set. 2016.

CARTA dos indígenas Avá-Guarani da Tekoha Yhovv em Guairá/PR. *Encontra*, ago. 2015. Disponível em: <<https://encontra.wordpress.com/2015/08/20/carta->

- dos-indigenas-ava-guarani-da-tekoha-yhovoy-em-guairapr/>. Acesso em: set. 2016.
- CARVALHO, Maria Lúcia Brant. *Das terras dos índios aos índios sem terra - o Estado e os Guarani do Oco'y: violência, silêncio e luta*. 2013. 834f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, 2013.
- COLODEL, José Augusto. *Obrages e companhias colonizadoras: Santa Helena na história do oeste paranaense até 1960*. Santa Helena, PR: Educativa, 1988.
- CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. *Resolução 466*, de 12 de dezembro de 2012. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em: set. 2016
- DEPRÁ, Giseli. *O lago de Itaipu e a luta dos Avá-Guarani pela terra: representações na imprensa do Oeste do Paraná (1976-2000)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, MS, 2006.
- FARIA, Camila Salles de. A luta dos Guarani pelo uso da terra. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 6., A Questão Agrária no século XXI: Escalas, Dinâmicas e Conflitos Territoriais. 22-26 set. 2013, João Pessoa, PB. *Anais...* João Pessoa: UFPB, 2013.
- FERREIRA, Eva Maria Luiz. *A participação dos índios Kaiowá e Guarani como trabalhadores nos ervais da Companhia Matte Larangeira (1902-1952)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, MS, 2007.
- FOTI, Miguel Vicenti. A morte por *jejuvy* entre os Guarani do sudoeste brasileiro. *Revista de Estudos e Pesquisas*, Brasília, v. 1, n. 2, p. 45-72, dez. 2004.
- FUNAI. Terras Indígenas. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>>. Acesso em: set. 2016.
- GREGORY, Valdir; SCHALLENBERGER, Erneldo. *Guaíra: um mundo de águas e histórias*. 1. ed. Marechal C. Rondon, PR: Germânica, 2008.
- MASUZAKI, Teresa Itsumi. A luta dos povos Guarani no extremo Oeste do Paraná. *Revista Pegada*, Presidente Prudente, v. 16, número especial, 2015.
- MYSKYW, Antônio Marcos. *Colonos, posseiros e grileiros: conflitos de terra no oeste paranaense (1961/66)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense/Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UFF/UNIOESTE), Niterói, RJ, 2002.
- MELIÁ, Bartomeu. A terra sem mal dos Guarani. Economia e profecia. *Revista de Antropologia*, São Paulo, n. 33, p. 33-46, 1990.
- MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). *Relatório de visita técnica à aldeia Tekoha Marangatu*. 2013a. Disponível em: <<http://www.prpr.mpf.gov.br/pdfs/2013/MARANGATU.pdf>>. Acesso em: set. 2016.
- _____. *Relatório de visita técnica à aldeia Tekoha YHovy*. 2013b. Disponível em: <<http://www.prpr.mpf.gov.br/pdfs/2013/YHovy.pdf>>. Acesso em: set. 2016.
- _____. *Relatório de visita técnica à aldeia Tekoha Porã*. 2013c. Disponível em: <<http://>>

www.prpr.mpf.gov.br/pdfs/2013/PORU.pdf>. Acesso em: set. 2016.

_____. *Resolução n. 87*, de 6 de Abril de 2006. Regulamenta, no âmbito do Ministério Público Federal, a instauração e tramitação do Inquérito Civil. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr5/normas/resolucoes/resolucoes_docs/resolucao_csmpf-87_-ago_2006.pdf>. Acesso em: set. 2016.

OLIVEIRA, Diogo. “Você vai entender porque o Guarani tá vivo até hoje aqui nessa fronteira!”: Apontamentos sobre os Avá guaienses contemporâneos (Paraná/Brasil). In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DEL MERCOSUR, 10., Córdoba, Argentina, jul. 2013. *Anais...* Córdoba: [s.l.], 2013.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Muita terra para pouco índio? Uma introdução (crítica) ao indigenismo e à atualização do preconceito. In: LOPES DA SILVA, Aracy; GRU-PIONI, Luís Donisete B. (Org.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

PACKER, Ian. *Violações aos direitos humanos e territoriais dos Guarani no Oeste do Paraná: subsídios para a Comissão Nacional da Verdade*. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista, 2014.

RIBEIRO, Sarah. Os Guarani no Oeste do Paraná: espacialidade e resistência. *Espaço Plural*, Cascavel, v. 6, n. 13, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/issue/view/107>>. Acesso em: ago. 2016.

_____. Fronteira e espacialidade: o caso dos Guarani no Oeste do Paraná. *Revista Varia Scientia*, Cascavel, v. 06, n. 12, p. 171-192, dez. 2006.

SURVIVAL INTERNACIONAL. *Progress can kill: how impose development destroys the health of tribal people*. 2015. Disponível em: <<http://assets.survivalinternational.org/documents/1511/full-report.pdf>>. Acesso em: set. 2016.

WACHOWICZ, Ruy. *Obrageros, mensus e colonos: história do Oeste Paranaense*. 2. ed. Curitiba, PR: Vicentina, 1987.

